

EDITORIAL

Nos mais de 30 anos de regime democrático não houve período de tão intenso debate sobre as questões da Saúde em Portugal como este a que hoje assistimos. Tal debate é animado por distintos tipos de actores individuais e colectivos e é difundido quer através dos diferentes órgãos de Comunicação Social – imprensa escrita, rádio e televisão –, quer através dos debates de natureza partidária – no Parlamento ou fora dele –, quer ainda através da acção de diferentes associações, umas de natureza profissional e sindical, outras de natureza mutualista ou de solidariedade social. Tendo como pano de fundo a discussão em torno dos princípios, funções e finalidades que nortearam a implantação do Sistema Nacional de Saúde na 2ª metade dos anos 70, os diferentes «mundos» da Saúde adquirem hoje uma enorme visibilidade pública.

Na verdade, não é descabido afirmar que os problemas que enformam o Sistema Nacional de Saúde assumem actualmente uma enorme amplitude devido, por um lado, aos ecos produzidos pelos referidos meios de comunicação social, mas por outro lado devido ao compromisso político assumido pessoal e publicamente por algumas figuras políticas em defesa da causa do bem comum que é a Saúde de todos os portugueses. As intervenções frequentes do Presidente da República no espaço público inscrevem-se neste último tipo de acções públicas. Se por um lado as intervenções destas figuras públicas trazem para as «arenas» políticas temas e problemas ligados à Saúde, tais discussões têm repercussão nos trabalhos científicos e técnicos desenvolvidos por um grande e diversificado número de especialistas de diferentes áreas do saber. A crescente difusão dos resultados destes trabalhos tanto os da área médica, biológica ou tecnobiológica, como no âmbito das Ciências Sociais da Saúde, da Economia, da Sociologia, da Antropologia, vai aparecendo traduzida nos projectos de definição das políticas públicas de Saúde.

O questionamento em torno do aparecimento de novas doenças de cariz epidemiológico; a importância assumida pela saúde pública na difusão de informação sobre cuidados a ter em situação epidemiológica; as políticas de prevenção e promoção da saúde, através das campanhas de vacinação, de informação específica sobre benefícios e riscos associados a práticas e estilos de vida – hábitos tabágicos, erros alimentares, falta de exercício físico, excesso de exposição solar, entre outras; as políticas à volta da comparticipação dos medicamentos ou da vigilância dos efeitos secundários de alguns fármacos que estão à disposição dos médicos; as políticas organizacionais assumidas pelos governos para tornar mais eficaz a prestação dos cuidados de saúde nos Hospitais ou nos Centros de Saúde inscritos na rede de oferta pública; as políticas de controlo da

despesa pública na área da saúde; as políticas de maior regulação ao acesso dos cidadãos às urgências hospitalares; são alguns dos temas que são objecto de trabalho científico quer nas áreas das Ciências Biomédicas quer nas áreas das Ciências Sociais de Saúde.

Recentemente, em 2003, o Ministério da Saúde elaborou um Plano Nacional de Saúde com o objectivo de diagnosticar os principais problemas com que se debate o sistema de saúde em Portugal e definir metas para os próximos anos. Este documento põe em destaque uma orientação prioritária que vai no sentido de valorizar os ganhos em saúde e aumentar a eficiência do sistema. Dentro destes objectivos o Ministério da Saúde iniciou um conjunto de iniciativas de reforma do sistema em que se propõe reduzir os custos financeiros de funcionamento com a melhoria da qualidade dos serviços prestados. Publicamente este processo foi designado por “empresarialização dos hospitais”, designação que remete simbolicamente para domínios de actuação onde os direitos universais de acesso aos cuidados de saúde começam a ser postos em causa.

É neste contexto que algumas novas vertentes são avivadas no debate acerca dos problemas da saúde, nomeadamente no que respeita aos direitos dos cidadãos e às obrigações do estado face à prestação de cuidados de saúde.

Face ao crescente interesse político e social que o tema suscita, a Revista *Fórum Sociológico*, espaço de difusão de conhecimento e discussão crítica de ideias, organizou o presente dossier temático que percorre um conjunto variado de questões sobre a Saúde e a que demos o título de “A Saúde em Diagnóstico”.

No âmbito deste dossier, o artigo de **Teresa Rodrigues Veiga** apresenta uma análise histórica e demográfica sobre os diferentes tipos de morbilidade e de mortalidade existentes no mundo, e em particular, no contexto da sociedade portuguesa; o artigo de **Beatriz Xavier** equaciona do ponto de vista da sociologia as relações complexas entre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia da saúde e como se atinge o melhor conhecimento sobre o funcionamento dos corpos dos seres humanos; no artigo de **Pedro Alcântara** a questão central desloca-se para as relações entre os *mass media* e o sector da saúde, destacando-se em particular as questões que se ligam por um lado com a visibilidade pública das políticas de saúde e, por outro lado, com a visibilidade mediática assumida pelo funcionamento do Sistema Nacional de Saúde; enquanto o artigo de **Ana A. Fernandes, M^a João Guardado Moreira e Teresa R. Veiga** debruça-se sobre as relações entre a alteração do modelo de mortalidade em Portugal, ao longo do século XX, e as transformações sociais e políticas ocorridas no País que tiveram significativas repercussões na intensidade e calendário da mortalidade, analisando ainda, com detalhe e rigor, quer a evolução da esperança de vida, enquanto indicador da mortalidade, quer as determinantes sociais que explicam a evolução do modelo da mortalidade. Já o artigo de **Maria Irene Santos** pretende dar a conhecer o lado mais oculto das experiências hospitalares vividas pelos seus profissionais, dando ênfase às relações desenvolvidas por médicos, enfermeiros e auxiliares da acção médica com o risco ligado à doença, ao sofrimento e à morte; o artigo de **Élia Paiva** incide na forma como o olhar sociológico selecciona as experiências e representações sociais sobre o corpo doente produzidas por

médicos de família e pelos seus doentes no contexto de um Centro de Saúde do Concelho de Almada; o artigo de **Luís A. Carvalho Rodrigues** analisa os sistemas de incentivos aos profissionais que trabalham na esfera da Saúde, apresentando-o como um tema controverso mas urgente no actual momento da história do Sistema Nacional de Saúde, indispensável na agenda política de qualquer sistema de gestão das pessoas nas organizações. O artigo de **F. Leal da Costa**, por seu turno, é um comentário crítico ao texto anterior, sobre «Sistemas de Incentivos aos Profissionais» na área da saúde, centrando-se em particular nas relações complexas entre os desempenhos profissionais no actual contexto hospitalar e as alterações a produzir na política de remuneração destes profissionais baseadas nas articulações entre o mérito e a competição laboral neste mercado de emprego; enquanto o artigo de **Hélder Raposo** pretende dar conta do processo de institucionalização do Instituto Português de Oncologia de Lisboa, enquadrando o referido processo na história sobre a emergência do cancro e das suas representações sociais como um mal absoluto entre a vida e a morte dos seus portadores; e o artigo de **Daniela Medeiros Soares** e **Sandro Ferreira de Serpa** se interroga sobre aquilo que acontece aos portadores da doença degenerativa de Machado-Joseph na vida de todos os dias quando esta assume uma dada visibilidade social, discutindo em particular os processos de estigmatização ligados à identidade social destes doentes no contexto açoriano. O artigo de **Sara Faria** apresenta um conjunto de reflexões sociológicas sobre as relações entre as representações da dor e do corpo do doente crónico, elegendo os processos de denúncia destes pacientes como geradores de regimes de acção justificativos quando são confrontados pela investigadora para discorrerem sobre o seu estado de enfermidade crónica; o artigo de **Melanie Ceppi** analisa as relações tensas mas não excessivamente conflituais entre a medicina científica, conjunto de saberes e práticas que conquistou progressivamente o monopólio legítimo dos cuidados prestados pelo sistema oficial de saúde, e a medicina não-científica, que manteve ao longo da história uma espaço de legitimidade e uma função cultural e social na cidade argentina de Córdoba, e, finalmente, o artigo de **Paulo Oliveira** discorre, no quadro teórico da Ecologia Humana, sobre a equação paradoxal que é estabelecida entre o conceito de qualidade de vida e de saúde nos contextos sociais de penúria e de carência, comparativamente com os contextos de abundância material e simbólica que se estruturam neste mundo globalizado.

Segue-se a este rico e denso dossier dedicado a diagnosticar o estado da Saúde em Portugal e no Mundo, sob diversos óculos disciplinares e temáticos, um documento da autoria de **Loic Wacquant** sobre a política prisional em França. Sob um olhar sociológico acutilante e comprometido, o autor deste documento não deixa de analisar de um lado as lógicas dominantes que enformam a definição das políticas públicas de carácter penal, e do outro lado as inúmeras questões políticas, sociais e ideológicas que se levantam ao conjunto dos profissionais que trabalham nesta área das políticas sociais do Estado francês.

Na última secção desta revista são apresentados alguns artigos que versam sobre outros assuntos. **João Martins** dá relevo, no seu artigo, à escola como organização complexa, mas dotada de «autonomia relativa» face a outras forças, poderes e estratégias

estruturadas fora deste espaço. Por outro lado, olhando para dentro da escola, concebe-a como um lugar onde a «micropolítica» é uma dimensão invariante objectivada, nomeadamente quando analisa as relações de poder e de *status* dos professores e as suas influências na estruturação das suas relações e trabalho pedagógico. **Catarina Tomás** e **Natália Fernandes Soares** elegem como seu objecto analítico as relações entre a infância e o espaço de cidadania nas sociedades de modernidade tardia e reflexiva. Neste sentido, estas autoras chamam a atenção para a exigência da centralidade, nos estudos sobre a infância, de uma análise sociológica que equacione as relações entre a construção social do espaço infantil e os direitos políticos assegurados pelo Estado a estes protagonistas, no quadro daquilo que designam no seu texto como «a cidadania infantil». No último artigo, **Sofia Lay Amândio** intenta questionar o lugar das emoções no espaço de produção científica desenvolvida pelos cientistas sociais. Sendo um espaço presidido pelo exercício constante de uma racionalidade científica, constituindo-se como lugares identificados pelo tipo de produção teórica articulado com análises empíricas, que destaques conferem estes investigadores à produção social das emoções ao longo de todas as actividades que dão forma ao trabalho de investigação científica nos diferentes centros de interesse ligados às Ciências Sociais?

Ana Fernandes
Hugo Mendes
José Resende